



levantão dos bancos da maioria, que sempre sustentara o Governo, e se declarão pela sancta causa do Paiz, com o qual os ministros parece, terem, querido travar uma lucta desesperada. Entre estes trinta e quatro deputados que tem votado successivamente contra as propostas do snr. Fontes, se veem amigos intimos de alguns dos ministros, homens de uma probidade e independencia sem mancha, e até um velho venerando, que as mais intimas ligações prendem, ha muito tempo, ao presidente do conselho; e niuguem ha de dizer, que a ambição, e nem outros quaesquer motivos pouco nobres fossem a causa, de tantos deputados, a um tempo, abandonarem o governo, e se declararem contra os ministros, de uma maneira verdadeiramente digna e honrosa.

Era ja de mais o sacrificio, que lhes tinham feito, até então, das suas convicções, e dos seus votos, como muitos destes briosos cavalheiros tiveram a franqueza de declarar, para n'uma questão em que o governo se mostrava obrigado por motivos occultos, a não dar explicação, do que tinha feito, elles sacrificarem para sempre a sua dignidade, e o seu caracter.

Queremos respeitar, e somos obrigados a respeitar, como homens de ordem que nos presamos de ser, o resto dos deputados, que se tem sacrificado pelos ministros; mas, em verdade, niuguem por mais esforços que faça, ha de achar um motivo de desculpa, com que os possa defender. O silencio nas cadeiras desses deputados, que tem dado ao governo o seu voto nesta questão gravissima, que por parte d'elle apenas tem sido sustentada pelo snr. ministro da Fazenda; o *segredo inviolavel*, que o snr. Fontes agora por fim declara, que se compromettera guardar nos negocios, que fóra tractar a Londres e a Pariz, para matar as discussões, na occasião em que ellas ainda mais exigião, que o nobre ministro se explicasse, sendo do dominio do publico as vantagens das propostas, que mr. Prost. veio fazer a Lisboa; a publicação em todos os jornaes d'essas propostas, e os desenvolvimentos, e ampliações, ainda mais vantajosas, que o representante de mr. Post em Lisboa acaba de fazer; as representações, que de todos os pontos do Paiz se tem dirigido á camara dos snrs. deputados, cada uma d'ellas com as pessoas da maior respeitabilidade das localidades assignadas; este movimento legal que se vê em toda a população do reino, e está a reclamar contra uma mesma cousa, sem ter sido possivel ao governo obter, por tantos meios que tem ao seu alcance, e de que niuguem ignora, como elle sabe usar, uma só Representação a favor das suas medidas; tudo isto, e ainda o que não queremos repetir, erão na verdade circumstancias, para serem attentamente ponderadas, pelos que tinham primeiro, pelas regalias que a Lei Fundamental lhes confere, de zelar os interesses do povo.

O recurso, pois, de que está usando a cidade invicta, era por todos os motivos uma necessidade em que ella estava constituida. A representação, que publicamos,ahi se anda a assig-

nar. No admiravel exercicio d'este direito não ha misterio, e exercido publicamente, a nossa população em nada perturba a ordem, nem falta ao respeito, que é devido á authoridade. Esta demonstração podia evitar-se, se, quem dirige os negocios publicos, considerasse a tempo os extremos, a que bem vê, que está obrigando o Paiz; e que a uma nação que assim se pronuncia não pode impor a sua vontade cinco homens, contra os quaes rompe hostilidades tão abertas; mas, uma vez que uma similhante demonstração se tornou necessaria, e contando que todo o Paiz a imitará, vemos com prazer, que ella abi fica sendo um precedente honroso, e patriótico, que nunca mais permittirá no futuro, que se appelle para as revoltas, havendo os meios legaes, que ha, para combater os governos, que calcam aos pés os seus deveres.

Desta forma respondemos ao *assalariado* indigno, por em quanto, no que teve a torpe baixez de dizer, fallando dos casos de insubordinação, que alguns soldados commetterão nos ultimos dias.

Dentro desta cidade, e para fóra d'esta cidade, recomendamos aos nossos correligionarios, e pedimos a todos os partidos, que mantenhaõ a ordem, ao passo que esperamos, que por todos os meios promovaõ representações como a que hoje publicamos. — Uma revolta, que se tentasse, ainda que fosse bem succedida, as consequencias erão de maior difficuldade, que os males com que o governo actual está vexando o Paiz; — a saber os vinculos sociaes mais uma vez despedaçados; o prestigio da authoridade, e o respeito á lei perdidos; e a fazenda publica soffrendo as perdas, com que sempre fica, dos assaltos aos cofres publicos em taes occasiões, da relaxação que logo sobrevem a toda a acção fiscal, e das despesas que o governo se vê obrigado a fazer, e legalmente faz, para restabelecer a ordem. — Se a revolta não fosse bem succedida, a tentativa se tornava então um elemento de força para o governo e a sua duração se renovava.

E fallamos assim com tanta mais inteireza, quanta é a convicção que temos, que uma revolta, que se tentasse, difficilmente lhe podia obstar a espada do Presidente do conselho, que tem sido o *papão* da Regeneração.

Ahi vai pois a representação dirigida á camara dos dignos pares. Os proprietarios e os contribuintes de todo o paiz estão hoje com os olhos postos na camara conservadora, que por vezes tem salvado a Nação, com a impossibilidade, e o patriotismo dos seus votos. Nunca porém se lhe offereceu occasião, de se fazer mais bem quista do Paiz do que a presente; e estamos que os Pares do Reino, ainda alguns d'aquelles com que o governo conta, para triunfar da Nação que opprime, haõ de mostrar, que comprehendem a sua missão honrosa e brilhante, nas circumstancias actuaes.

Não queremos penetrar em qualquer resolução, que o snr. D. Pedro 5.<sup>o</sup> tenha feito saber aos ministros sobre a nomeação de novos pares, por que respeitamos muito o elevado d'essa região. — Entretanto acreditamos, que os ministros hão de ter feito a

estas horas alguma diligencia, para se reforçarem n'uma camara, aonde elles se acham faltos bastante de apoio; e admittindo a hypothese, tambem por hypothese admittimos a resolução que o Augusto chefe do estado tem mantido até agora.

E na verdade, que outro podia ser o procedimento do esperançoso Rei? A Sua Magestade não é desconhecido, que os ministros actuaes ja tem mettido na camara hereditaria Pares por tres vezes, montando a trinta pelo menos o numero de todas as *fornadas*, e sendo uma de vinte ou dous (!!!!); e nada mais natural, que em similhantes circumstancias se pretender saber, porque razão é, que os proprios pares nomeados por exigencias do governo actual, e por elle propostos, o tem abandonado, tendo lido nas outras sessões uma grande maioria sempre n'aquella camara. — Não será este um dos meios, para se saber por elle o estado da opinião publica, fóra da camara dos pares?

Se o Joven Rei tem pois resistido á nomeação de novos pares. Sua Magestade tem consultado os verdadeiros interesses do Paiz, e desempenhado dignamente a missão augusta de chefe do estado. E nem pertencião esses homens perdidos, que ainda estão sentados nos conselhos da coroa, excitar desintelligencias-desagradaveis, compromettendo nos seus planos destruidores algum personagem, que todos os portuguezes sinceramente desejão conservar na sua perpetua estima, e respeito; cujos interesses e prosperidade esse personagem tem sempre mostrado, que deseja promover e que agora seria para lamentar, que, ainda que por suspeitas remotas, a Nação lhe attribuisse, nesta conjunctura, qualquer parcialidade, e alguns serviços a favor dos ministros.

Todas as circumstancias por tanto nos dão a esperanza fundada, de Paiz ser salvo dos males, de que está ameaçado; intervindo na questão pendente a firmeza e o patriotismo de todos, em quem agora peza a responsabilidade da solução, que ella deve ter.

Confieamos tambem em Deos, e no nosso direito.

#### DIGNOS PARES DO REINO.

A camara dos snrs. deputados despresou uma representação de mais de tres mil proprietarios e contribuintes da cidade do Porto que lhe pediam, que não approvasse as propostas de lei, que o snr. ministro da fazenda allí tinha apresentado em 28 de Fevereiro.

Depois d'esta representação, outras similhantes lhe foram dirigidas de diferentes pontos do reino, que ainda se continuariam a dirigir, se a discussão de duas das propostas, que teve logar n'aquella camara, não terminasse.

Os que se chamam eleitos do povo não despresaram sómente as representações, que elles dirigiram; mas os vinte e sete mil cidadãos, que as assignaram, entre os quaes appareciam os mais abastados proprietarios, e os contribuintes mais respeitaveis, deram muitas vezes, para fazerem de menos circumpectos alguns deputados, que gosam a fortuna de não saberem, quaes são os encargos de um proprietario, nem o que é a condição de contribuinte.

Não era de presumir, senhores, que succedesse, o que vos representamos, mas succedeu; e a nação portugueza opprime a incerteza, que o futuro lhe encobre, dos acontecimentos que lhe estão destinados.

A necessidade mais justificada nos obriga por tanto a representar agora a camara dos dignos pares, para obtermos a justiça, que aquellos que se chamam representantes do povo, nem se quer se dignaram considerar, para se dizer ao menos, que decidiam as questões, que mereciam tanta attenção ao paiz, com algum conhecimento de causa.

Não queremos qualificar este procedimento, porque aqui, senhores, vos fazemos os mesmos protestos, que fizemos na representação, que dirigimos aos snrs. deputados, sobre a sinceridade e pureza de nossas intenções. — Mas é certo, dignos pares, que, apresentadas tantas representações, com assignaturas levadas a um numero de tamanho valor, os deputados as deviam tomar em toda a consideração, mandando ouvir sobre ellas uma commissão, á qual fossem remettidas, para pezar attentamente o seu conteúdo, e a importancia d'essas assignaturas.

Alem dos erros que envolve, e dos resultados que tem de seguir-se do accordo de Londres, celebrado pelo snr. ministro da fazenda, de uma parte, com os que fizeram o contracto, e, pela outra, com os que tomaram as obras do caminho de ferro de Leste, livrai tambem, senhores, a vossa patria, de ser *um feudo* de estrangeiros. — Regeltai não só esse accordo, mais que funesto, mas tambem o emprestimo dos 13:500 contos, que não podeter outro effeito, sobre os que vos são patentes pela vossa illustração.

Não precisamos de vos dizer, o que são as estipulações, em virtude das quaes o governo se obriga a pagar a uns 40:000 L., a outro 3:000, a este e áquelles ainda o que se liquidar de ferramentas, e não sabemos que mais; nem o que é a authorisação, que elle pede, para a junta do Credito Publico emitir, e *pôr á sua disposição* os titulos da divida, que *forem precisos*, para realizar todas as sommas, que se comprometteu de pagar.

Da mesma forma não precisamos de nos occuparmos do outro *voto de confiança*, que o governo vos pede, para realizar o emprestimo dos 13:500 contos, que ninguem pôde suppor, a quanto ficará reduzido, pela incerteza do preço pelo qual forem vendidos os titulos, com que ha-de ser negociado: porque a opinião do paiz tambem é unanime, em condemnar este semelhante desbaratamento da fortuna publica.

Ha presentemente indicios, para suppor, que o governo não quer desta sessão, mais do que as duas leis pelas quaes lhe fiquem approvados o accordo de Londres, e o emprestimo dos 13:500 contos. — Neste caso fica adiada a questão dos tributos, que o governo propoz, como meio para satisfazer aos encargos do accordo e do emprestimo; e do escasso capital, que este produzir, já vemos que tem de tirar-se a somma desses encargos, em quanto não chegar a occasião dos tributos serem votados, ou não lembrar outro expediente.

Esta reserva do governo em questões de tanta gravidade, se os receios dos contribuintes se verificarem, é pouco leal; e augmentará a sua responsabilidade perante o paiz. — Os embaraços da situação, em que nos achamos, não se resolvem com um expediente de sacrificios, incalelavéis, sómente para se haver dinheiro, com que se possam fazer as despesas do serviço, por mais um anno ou dous, e saldar-se os desastres de uma empresa, de que se o governo sahio mal, não foi porque não lho mostrassem, que todos os interesses do paiz lhe resistiam, e que ella lhe sacrificava todos os seus recursos.

E no entanto, as circumstancias vem continuamente convencer cada vez mais, que os caminhos de ferro são apenas um pretexto, que encobre aos olhos da nação os motivos occultos, que obrigam o governo a não desistir, dos *votos de confiança*, que elle exige, para contrahir empréstimos sobre bases, que não quer revellar, o vender fundos novos de divida publica, sem limitação de qualidade alguma.

Os abaixo assignados pedem pois á camara dos dignos pares, que não approve as propostas de lei apresentadas pelo snr. ministro da fazenda em 23 de Fevereiro na camara dos snrs. deputados; e por agora aquellas que alli foram já approvadas, sobre o accordo de Londres, e o emprestimo dos 13:500, de que particularmente nos temos occupado nesta representação, que vos dirigimos.

Porto de Maio de 1856.

As reclamações dos povos, e os queixumes da imprensa sempre aliás desprezados por uma camara effemera de deputados bastardos, foram comtudo ouvidos por esse Rei que parece fadado por Deus para fazer, identificando o com elle, a fortuna do seu paiz.

Sua Magestade negou-se a crear os novos pares que o ministerio lhe demandava para na camara alta fazer vingar as oppressivas medidas que a subserviencia da camara de deputados tinha acabado de approvar. Os ministros á vista da negativa de Sua Magestade pediram a sua demissão e El-Rei concedeu-lh'a, encarregando o visconde da Luz da direcção dos negocios até que chegue o Marquez de Lavradio a quem mandou chamar de Inglaterra para organizar a nova administração. Honra portanto ao Rei que mostrou que muito o sabia ser quando chegou a occasião de sel-o em proveito do seu povo, e honra tambem a esse povo que nem sabir do trilho da legalidade soube mostrar ao Rei qual o que seguir-se convinha para se desviar a nação desse precipicio da anarchia em que uma facção desorganizada e immoral procurava submergil-a.

Ha dias, recebemos do illustre Bibliothecario da bibliotheca publica d'esta cidade, o snr. M. R. da Silva Abreu, um pequeno impresso = RECURSO A' IMPRENSA PERIODICA = no qual s. s.<sup>a</sup> roga a todos os redactores se diguem moralisar os factos n'elle mencionados, alim de que as authoridades competentes façam cumprir quanto antes a carta de lei de 2 de dezembro de 1844 e o decreto de 21 de novembro de 1851: pois que de outro modo, teremos em Braga no meio do Seculo 19, as 20 livrarias do Districto, e o palacio do Lyceu, e uma igreja magnifica, — tudo permanentemente exposto a ser devorado pelas chamas dentro em breves horas. »

Este impresso era acompanhado d'uma carta mui attenciosa do Snr. R. em que nos pedia, que nada escrevessemos e nada moralisássemos, sem primeiro visitar-mos o interior do edificio do Lyceu e Bibliotheca, para com os proprios olhos nos certificar-mos da verdade dos factos mencionados no mesmo impresso, e especialmente do terceiro, a que se refere a planta que o acompanhava.

Conhecendo nós a honradez e inteireza de caracter de S. S.<sup>a</sup> não duvidamos, por um momento sequer, da verdade dos mesmos factos, bem como da exactidão da planta, que faz parte do impresso. Não obstante isso fomos áquelle edificio, ja para não faltar a um tão lisongeiro convite; ja para sem o mais pequeno escrupulo, podermos emitir a nossa humilde opinião a semelhante respeito.

As aberturas de chamada *parede divizorta*, na planta designadas com toda a exactidão, são mais que proprias, para se comunicar d'uma á outra parte do edificio, qualquer pequeno incendio que se atee na parte destinada para collegio do Lyceu.

E não é só por essas aberturas que o incendio se pode comunicar: ha tambem os pavimentos e telhados, cujos madeiramentos e travejamentos se prolongam de uma para outra parte do edificio, sem solução alguma de continuidade, que obste á sua communicação e progressão.

Em vista d' isto é da terminante disposição do decreto de 21 de novembro de 1851, que sómente permite o estabelecimento do collegio no edificio do Lyceu, quando não haja perigo d' incendio para a bibliotheca, custa a crer que tendo estado exposto por espaço de 4 annos, a ser devorado pelas chamas um rico deposito bibliographico, se pertenda hoje recommear esse ensaio, instituindo novamente outro collegio, similhante a esse que acabou em em 9 de abril proximo passado, pela sahida do subdirectôr; e custa egualmente a crer que a maioria do Conselho do Lyceu, e as auctoridades superiores do districto fossem tão pouco exactas quando informaram ao Conselho Superior e ao Ministerio do Reino que não havia perigo de incendio para com o deposito de Livros d' esta cidade, estabelecido que fosse o collegio d' educação do mesmo Lyceu.

Muito respeitamos a opinião da pessoa ou pessoas, que auctorisaram os Redactores do *Pharol* a declararem falso tudo quanto a este respeito se diz no 1.<sup>o</sup> artigo do n.<sup>o</sup> 11 do *Murmurio*; no entanto não podemos acreditar similhante declaração, em quanto nos não provarem a falsidade de tudo o que alli se assevera, e que nós asseveramos tambem, por que o vimos com nossos proprios olhos.

(COMMUNICADO.)

Com que então a sentinella do Pilar apontou o escrivão da camara, a ponto de elle pedir a um *quidam*, que lhe fizesse uma correspondencia, em que o dito escrivão assignou o seu nome, sem saber, talvez, o que assignou, porque estava tão cheia d'invectivas e sarcasmos, que bem deu a conhecer, que foi feita por uma cabeça esquentada, cujos miolos (se ainda os tem) pesam menos, do que um grão de mostarda? ? . . .

A sentinella, segundo a phrase do escrivão, é um rato, mas o caso é, que o tal rato não cessa d'o perseguir, e que, a meu ver, perde o tempo, porque já tem as FACES ESTANHADAS, e por isso deve metter a cara n'um sól, porque a sentinella se o vê lá, ainda mesmo de dia, sem a cara coberta: é capaz de abandonar o seu posto . . . . .

Não ha ninguem, nesta villa, que não escaçar deste mentecapto, e até já os garotos lhe chamam *catrambias*, e pôde-se dizer, que é o *Pipelet* dos habitantes desta terra. Estou vendo, quando os rapazes lhe poem, nas costas, este distico em letras gordas — idiota —, e o correm com assobios e apupos. Este miseravel tem tão pouca vergonha, que tendo praticado os mais crassos erros d'officio tem ainda a ousadia de perguntar á sentinella, que lhe aponte as faltas que tem commettido, e para isto publicou no *Bracarense*, uma disparatada correspondencia, que longe de o justificar, pelo contrario, o enterra mais no lodaçal immundo das suas ineptias.

A camara actual, composta de cavalheiros probos e intelligentes, deve fazer entrar na ordem este *heroe*, porque, aliaz, ha-de ficar envergonhada; e já ouvi dizer, que alguém não tem querido aceitar a vara de presidente, por ter, por secretario, um homem, que não tem conhecimentos, e que tem tanto tino como um idiota.

Este escrivão estava mais habil para ser director do estabelecimento de *Rithafolles*, e estou certo, de que ninguem era capaz de desempenhar melhor o dito cargo, e até não sei como o não tem elevado a tão *distincto* logar. O seu defensor, ou antes o que lhe fez a correspondencia, é uma grande *sumidade litteraria*, e ao mesmo tempo bem conhecido

pelas suas **BELLASQUALIDADES** e porisso não mereccas honras d'uma resposta.

Termino, dizendo, que o attributo de — radio, — que o defensor do escrivão deu á sentinella, melhor lhe conviria e muito me admira, que o tal defensor chame radio a alguém, sendo que ninguem o póde ser sem licença delle.

Ainda voltarei ao assumpto.

Povoa de Lanhoso, 5 de Junho de 1856.

Um amigo da Sentinella.

## GAZETILHA.

A noute de 2 para 3 do corrente na cidade do Porto. — Avisados os officiaes de ronda e estado-maior de que os presos da relação tentavam alguma cousa no sentido da desordem, nomearam-se em alguns corpos fortes piquetes para acudir em aonde preciso fosse dado que alguma cousa apparecesse a lume; e em outros tomaram-se outras precauções que aliaz não sahiam do quartel. Examinada porem a cadeia não se encontraram nella signaes alguns da denunciada desordem, e nem della appareceram symptomas, fosse aonde fosse, sendo comtudo para notar-se o deslocamento e a falsidade da denuncia.

Consta-nos comtudo que ha no Porto um clube que trabalha no sentido da desordem ou da revolta ao qual é aliaz absolutamente estranho o Partido Cartista, que, firme nos seus principios de legalidade e ordem, continúa a stygmatisar por todas as formas e maneiras tudo o que possa ter relação ainda mesmo indirecta com a perturbação da ordem e do socego.

*Pares do reino.* — Já estavam em Lisboa 92 para tomarem parte na discussão das medidas contra as quaes a nação clamava e os seus inculcados procuradores trahindo talvez obrigações sagradas, não quizeram attender-lhe os clamores.

*O marechal Saldanha.* — Este nobre duque separou-se de seu filho, e parece que está vivendo na rua de S. Bento em casa de sua irmã a ax.<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> viscondessa da Bahia; não nos importam os motivos de tal separação e até os respeitamos, mas relatamos o facto.

## DECLARAÇÃO.

Assignei um Protesto, levantado pela Nação (papel) tendente ao que se passou em Cortes no dia 20 de Julho de 1853, e isto irrefletidamente, e sem conhecimento de cauza. Declaro que se esse protesto offende a Religião catholica, que professamos, os Direitos, e Regalias da Coroa Portugueza, desde já retiro delle a minha assignatura; e quero nada valha porque sou christão, e portuguez. S. Vicente de Passos 5 de Junho de 1856. Fr. Antonio da Costa Mello.

## Publicação Litteraria.

### O MURMURIO.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO.

SAHIU á luz o 11.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> deste jornal. Assigna-se e vende-se, na Rua do Anjo n.<sup>o</sup> 7 — e no escriptorio da redacção do Moderado, Rua Nova de Souza n.<sup>o</sup> 25. — Preço da assignatura por anno 960 — com estampilha 1:080. Por semestre 480 — com estampilha 540 — Por trimestre 240 — com estampilha 270 — Avulso 50.

## ANNUNCIOS

**A** CABA de chegar a esta cidade o sr. José Rouffe, cirurgião dentista francez, estabelecido na cidade do Porto na rua de Santo Antonio n.<sup>o</sup> 82.

Vem para o fim de fazer algumas obras de necessidade, a algumas familias d'esta cidade.

Prontifica-se a hir a caza das pessoas que quizerem utilizar-se de sua arte. Mora na rua da Galeria n.<sup>o</sup> 14. 102)

### ILLUMINAÇÃO A GAZ DE BRAGA.

**R**ecebem-se assignaturas d'acções para a — Companhia Geral Bracarense — durante 30 dias.

Quem quizer obter estatutos da companhia pode dirigir-se:

Em BRAGA — Henrique Freire d'Andrade Coutinho Bandeira, — Manoel de Magalhães d'Araujo Pimentel, — Francisco de Campos de Azevedo Soares, — João Luiz Pipa.

PORTO. — Bento Luiz Ferreira Carmo — onde tambem se recebem assignaturas. 103)

**M**anoel Ferreira Portella, sempre incommodado de sua saude, não tem podido, como desejava, pessoalmente agradecer a todas as pessoas que lhe fizeram a honra de o comprimentar pela occasião da sua chegada a esta cidade; e como os mesmos incommodos subsistem, o faz por este meio, pedindo-lhes desculpa, e testemunhando-lhes seu sincero e eterno reconhecimento.

**T**endo laborado em innumeraveis defeitos, nullidades, e faltas juridicas, a venda que fez D. Gertrudes Magna da Cunha Beça de Souza Pederneira residente na cidade de Braga, dos bens dos Tapados, sitios nos limites de Alpendurada, no extincto concelho de Bemviver, a Gonçalo de Souza Castro Serpa Serrão, da mesma freguezia, previne a annunciante ao publico, que ninguem contrate com o mesmo, sobre os ditos bens, que protesta reivindicar.

### ALGUMAS REFLEXÕES

SOBRE

#### CERTOS ABSURDOS ONTOLOGICOS

QUE SE ENCONTRAM

Nas Noções Elementares de Ontologia, Psychologia Racional e Theodicea, e Metaphisica de Genuense Reformada por M. Pinheiro d'A. e A. (Edição de 1845) escriptas em pro da religião e para desengano da mocidade por

J. F. M. S.

**V**ende-se em BRAGA, em casa de Antonio de Freitas Guimarães, rua do Souto n.<sup>o</sup> 35, e na de J. Maria Dias da Costa, rua Nova n.<sup>o</sup> 8 — LISBOA, na de Lavado, rua Augusta n.<sup>o</sup> 8 — PORTO, na de Cruz Coutinho, aos Caldeireiros — COIMBRA, na de J. de Mesquita, rua das Covas — VIANNA, na de A. J. Pereira, rua da Picota n.<sup>o</sup> 3 — GUIMARÃES, Domingos Antonio de Freitas, campo do Toural. Preço..... 240 reis.

**A** refutação analitica do relatório, medidas financeiras, e contractos sobre caminhos de ferro, cuja approvação e conversões em Leys, o Sr. Fontes Pereira de Mello, solicita do Parlamento; acha-se á venda em Lisboa nas lojas de

livros de Martins aos Paulistas, Lavado, e Viura Henriques, na Rua Augusta, e no Porto nas do costume — preço por exemplar 200 rs.

Este trabalho, contendo 66 paginas, espalha grande luz sobre a importante questão, que hoje se agita em Portugal, á cerca de caminhos de ferro, e indica porque meios seguros tal questão pode satisfatoriamente ser resolvida.

**V**endem-se dois foros impostos, um no casal da Granja na freguezia de S. Miguel de Prado, e o outro no casal de Jeramil, freguezia de S. Vicente da Ponte, ambos do concelho do Pico de Regalador. — O 1.<sup>o</sup> é de 15 rs. em dinheiro, 17 alqueires e cinco oitavos de meado, 3 galinhas, e tres quartos, e um arratel e uma oitava de cera. — O 2.<sup>o</sup> de 9 alqueires e tres quartos de milho. O dono além da venda que faz dos foros, cede tambem do dominio que n'elles tem como direito senhorio, segundo o ajuste que se fizer. Quem os pertender, dirija-se a esta redacção onde lhe será dito quem é seu dono.

**O** escriptorio do *Murmurio* que até aqui era na rua do Anjo n.<sup>o</sup> 7 é agora na rua Nova n.<sup>o</sup> 25, na mesma casa da typographia do Moderado.

Por esta occasião damos parte aos ill.<sup>mos</sup> snrs. estudantes que nas proximas serias forem para as suas terras, queiram vir dar parte a esta redacção para se lhe remetterem os numeros do jornal.

**O** JORNAL DA SOCIEDADE AGRICOLA DO PORTO, publica-se no fim de cada mez, formando cada numero um folheto de não menos de 32 paginas.

Assigna-se, no Porto — na Livraria de Moré, Praça de D. Pedro n.<sup>o</sup> 59 e 60. — em casa de Cruz Coutinho, livreiro aos Caldeireiros n.<sup>o</sup> 14. — no escriptorio da typographia Commercial, rua do Bellomonte n.<sup>o</sup> 74.

Em Coimbra, em casa de Moré & Companhia. Em Lisboa, na de Lavado, rua Augusta n.<sup>o</sup> 8

Preço da assignatura — por anno 1\$440 — semestre ..... 720 rs.

Não se recebem assignaturas por menos de um semestre, pago á entrega do 1.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> sendo no Porto, ou pago adiantado sendo fora do Porto. Para estas ultimas assignaturas o jornal será enviado franco pelo preço actual marcado.

A correspondencia deve ser dirigida ao Redactor do Jornal da Sociedade Agricola do Porto, franca de Porte.

Os annuncios relativos á agricultura recebem-se no escriptorio da tyrographia Commercial, rua do Bellomonte n.<sup>o</sup> 74, sendo previamente pagos na razão de 40 réis por linha.

Todos os artigos extranhos á redacção que forem publicados no jornal, serão assignados por seus auctores.

## A' ULTIMA HORA

Agora mesmo recebemos uma carta do Porto em que se nos affirma, (por noticias chegadas pelo vapor entrado hontem) que nem o marquez de Loulé nem o Julio Gomes, nem o mesmo marechal Saldanha se quizeram encarregar da formação do novo ministerio, que este pedira a sua demissão do commando em chefe, e licença para se retirar do paiz.

Typ. de A. P. de S. Pederneira.

Rua Nova de Sousa n.<sup>o</sup> 25.